

Estatais podem trocar dívida externa por interna

Autorização vale para empresa que não conseguir renovar crédito no exterior, limitada a 80% do débito

SORAYA DE ALENCAR
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – As empresas estatais – federais, estaduais ou municipais – que não conseguirem renovar empréstimos ou financiamentos no exterior estão autorizadas a contratar novas operações no mercado interno. A permissão foi dada, ontem, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e limita as operações no mercado interno a 80% do valor original da dívida externa.

A exemplo das empresas privadas, as estatais estão com dificuldade para renovar empréstimos no exterior por causa dos efeitos que a crise dos mercados internacionais teve no Brasil.

Segundo o diretor de Assuntos de Reestruturação do Sistema Financeiro dos Estados do Banco Central, Paulo Zaghen, as novas operações estarão fora do contingenciamento do setor público determinado no ano passado. Zaghen salientou que os pedidos das empresas serão avaliados caso a caso e caberá ao BC autorizar o valor a ser contratado por estatal. “Poderá haver caso que só vamos autorizar o correspondente a 50% da dívida externa”, disse.

Ele explicou que, se a empresa tiver recursos, será exigido que reduza o seu endividamento. O diretor admitiu, no entanto, que alguma empresa poderá renovar toda a operação. Isso porque o BC não descarta a hipótese de essas empresas conseguirem rolar pelo menos uma parte da dívida no exterior.

Se rolar 20% da dívida externa, por exemplo, há a chance de obter os outros 80% no mercado interno. Quem não conseguir nada no exterior, no entanto, será obrigado a re-



Ed Ferreira/AE

Darcy: banco do Mercosul não paga pedágio para entrar no País



ALGUMAS
COMPANHIAS
TERÃO DE REDUZIR
ENDIVIDAMENTO

duzir suas dívidas.

Zaghen admitiu que essas operações poderão levar a uma perda de reservas do País, proporcionais à parte do débito que não for rolada no exterior.

O CMN também autorizou a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a fi-

nanciar Estados e municípios interessados em contratar empresas de consultoria para avaliação e modelagem de empresas estatais a serem privatizadas. A medida abrange somente as empresas de água e esgoto. Cada instituição vai dispor de R\$ 30 milhões e a liquidação do financiamento deverá ser feita tão logo ocorra a privatização.

O BNDES terá aproximadamente mais R\$ 150 milhões para financiar projetos para o melhoramento da arrecadação dos municípios.

“Alguns municípios nem sequer têm cadastro ou condições de ter arrecadação eficiente”, afirmou. O diretor do BC admitiu que os trabalhos poderão ter a colaboração de técnicos do BNDES. As duas medidas sobre financiamento também estão fora dos limites do contingenciamento do setor público.

Em outra medida, o CMN prometeu punir os bancos privados que comprarem títulos de Estados ou municípios fora de leilões. As penalidades vão da advertência a multas ou inabilitação para o cargo dos responsáveis pela compra.

Também na reunião de ontem, o CMN autorizou o Banco Francês Uruguay S.A. a transformar a filial que tem em São Paulo em instituição nacional. Com capital de R\$ 30 milhões, o banco é controlado pelo uruguaio Banco Francês Del Rio de La Plata S.A. que, por sua vez, é controlado pelo espanhol Bilbao Vizcaya. O diretor de Normas do BC, Sérgio Darcy, disse que não foi cobrado pedágio na operação por tratar-se de instituições do Mercosul. Recentemente o Bilbao Vizcaya comprou o Excel-Econômico.